

Brasil espera financiamento de US\$ 3 bi do Bird este ano

10 FEV 1988

10 FEV 1988

10 FEV 1988

Dinda Et

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse ao GLOBO que o Governo espera assinar, ainda em 88, contratos de financiamento junto ao Banco Mundial (Bird) no valor de US\$ 3 bilhões. Outras fontes da área econômica informam que a assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) assegurará empréstimos de US\$ 2 bilhões para reforço do balanço de pagamentos.

Com a decretação da moratória, em fevereiro de 87, o Bird praticamente fechou o seu caixa para o Brasil. Um importante assessor da área econômica classifica como ingenuidade da equipe econômica do ex-Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, acreditar que continuaria com a linha de financiamentos normais do Bird com o pagamento aos organismos oficiais e multilaterais.

Os países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos, são responsáveis pelo maior aporte de capital junto ao Bird e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Sem o pagamento de juros à comunidade financeira internacional, as pressões desses países contra expansão de financiamento ao Brasil, por intermê-

dio dos organismos multilaterais, ganharam força.

Somente a partir de setembro do ano passado, com a retomada das negociações da dívida externa com os credores internacionais, pelo ex-Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, o Bird voltou a ser receptivo aos pedidos de empréstimos do Governo brasileiro. Em 1987, o Brasil registrou um fluxo líquido negativo junto a Bird de mais de US\$ 600 milhões.

A assinatura de empréstimos de US\$3 bilhões com o Bird representa um adicional de US\$ 1,5 bilhão em relação aos projetos setoriais, tradicionalmente negociados com o organismo multilateral. Na prática, esses recursos adicionais, que virão sob a forma de programas para as reformas tarifária, aduaneira e bancária, também atuarão como reforço no balanço de pagamentos.

A reabertura do canal de negociações junto ao Bird também passa pelo cancelamento de empréstimos já assinados, mas cujas cláusulas contratuais não são seguidas integralmente pelo Governo brasileiro, como preservação do meio ambiente em áreas próximas à construção de estradas e hidrelétricas.

Credores esperam acordo no carnaval

NOVA YORK (do correspondente) — Os banqueiros credores do Brasil estão prevendo o fechamento de um acordo de médio prazo com o País para a próxima semana. Dentro do plano, o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, iria ao Brasil hoje ou amanhã à noite, com os detalhes acertados e os pontos em aberto. Voltaria no fim-de-semana, e o acordo seria concluído durante a estadia do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em Washington.

O Citibank não prevê novidades na negociação da dívida até o final desta semana, conforme disse ao GLOBO o seu Porta-Voz, Richard Howe, que acompanhará William Rhodes em sua viagem a Londres. Com Rhodes indo a Londres e Milliet, que se mostrou otimista, a Brasília, a negociação entra num período de trégua até o início da próxima semana, quando da chegada de Mailson, no que poderá ser a ofensiva final para o fechamento de um acordo de médio prazo em pleno carnaval de 1988.

Mailson confia em acerto para este mês

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, acredita que o acordo de médio prazo com os bancos poderá ser fechado até o fim do mês. Essa previsão está baseada no clima favorável das negociações estabelecido a partir do pagamento voluntário de US\$ 350 milhões relativos aos juros vencidos de janeiro.

Por causa dessa perspectiva, missão técnica brasileira deverá seguir para Washington este mês, com o objetivo de preparar as bases para o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Na segunda-feira passada, durante reunião entre os Ministros da Fazenda e da Seplan e suas respectivas equipes de assessores mais próximos, foram iniciados os preparativos com essa finalidade, informou fonte do Ministério da Fazenda.

Nos próximos dias serão criados grupos de trabalho destinados a estudar os temas básicos do acordo, como déficit público, inflação, salários, tarifas, públicas, política monetária etc.